

Quem pensa na criança?

13 ABR 1992

O Regimento Comum das Escolas, proposto em janeiro pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, completou dois meses. Pelo documento, termina a divisão tradicional de oito séries no primeiro grau, reorganizadas a partir de ciclos. Elimina-se a possibilidade de reprovação ao final de cada ano, hipótese admitida só ao final de cada ciclo: o aluno da escola municipal de São Paulo só pode ser reprovado na 3ª, 6ª e 8ª séries do ensino fundamental. Ao mesmo tempo, a avaliação expressa em símbolos quantitativos é substituída por três conceitos semestrais: "plenamente satisfatório", "satisfatório" e "não satisfatório". Como aos pais foi prometido que ao final de cada bimestre seriam todos informados do desempenho de seus filhos, e a aprovação desse Regimento foi em caráter provisório pelo Conselho Estadual de Educação — com reavaliação da decisão marcada para julho —, vale notar que o saldo da reforma proposta não chega a ser favorável.

Experientes educadores têm pedido prudência em sua execução pela melhor preparação da Rede para que os ciclos não se tornem "simples aprovação em massa". Essa mesma posição foi adotada pelo Sindicato dos Professores do Ensino do Município. Não foram poucas as vozes que denunciaram a pressa na implantação da reforma como uma decisão mais política do que pedagógica, visando à mera contenção artificial dos índices de repetência e evasão. Ao longo deste primeiro bimestre, os professores procuravam nos Núcleos de Ação Educativa (o novo nome das antigas Delegacias de Ensino Municipal) orientação quanto ao conteúdo curricular básico de cada ciclo, inclusive para daí tirar os critérios de avaliação a serem apresentados aos pais. Procura vã...

Merece registro, também, que

durante este início de ano letivo aumentou a pressão para que os professores da Prefeitura aceitassem o conceito de "interdisciplinaridade", projeto que visa unir o conteúdo programático de todas as disciplinas em torno de temas comuns chamados de "geradores". Os professores resistem à curiosa troca de função, uma vez que passam a desempenhar o papel de pesquisadores, primeiro em sala de aula e, depois, de porta em porta à procura do "tema" que mais preocupe a comunidade em que vivem seus alunos. Assim, por exemplo, um córrego poluído que prejudique a comunidade, depois de pesquisado e tabulado pelo professor como "tema", transforma-se em conteúdo disciplinar exclusivo das aulas daquelas crianças. Em tempo, cabe ao educador também "transformar a realidade", organizando a população para "resolver" o problema. A maioria dos professores da rede municipal está rejeitando a "metamorfose" oficial de sua profissão...

A resistência do magistério municipal ao novo regimento demonstra o respeito do educador pelo educando. A reação dos mestres privilegia a pedagogia em detrimento da ideologia, pensando em primeiro lugar na criança. É esta, no entanto, a perspectiva educacional da "administração democrática e popular" de São Paulo?

